



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT  
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 6ª (SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 4ª CÂMARA DE  
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 6ª (sexta) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros: Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº - 1/4302/2017, 1/4373/2018 (Michel André Bezerra Lima Gradvohl), 1/3581/2017 (Dalcília Bruno Soares), foram aprovadas. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5403/2017 – Auto de Infração nº 1/201714614. RECORRENTE: AUGÉ MOTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e decidir nos seguintes termos: **1. Com relação à arguição de decadência do crédito tributário, por força do art. 150, § 4º do CTN – resolvem afastá-la, por unanimidade de votos, considerando que a autuação versa sobre descumprimento de obrigação tributária acessória, hipótese em que o prazo decadencial se conta nos termos do art. 173, I, do CTN, o qual não foi extrapolado pelo agente fiscal. Registre-se que os Conselheiros Fernando Augusto de Melo Falcão e Fredy José Gomes de Albuquerque se manifestaram pela aplicação do art. 173, I do CTN por considerarem que a obrigação acessória, objeto da autuação não foi levada ao conhecimento do fisco.****2. Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração por prática de ato extemporâneo do Termo de Início de Fiscalização nº 201702506 – 22/02/2017; Mandado de Ação Fiscal nº**

**201618387 – 06/12/2016** – resolvem afastar, por unanimidade de votos, tendo em vista a revogação do prazo previsto no parágrafo 1º, dispositivo citado no parágrafo 6º do art. 821, do Decreto nº 24.569/97, pelo Decreto nº 26.523/2002, portanto, o prazo legalmente previsto é de 180 dias, contados a partir da ciência do Termo de Início de Fiscalização, o qual foi devidamente observado no presente caso, conforme verificado nos autos e demonstrado no julgamento singular; **3- Em referência à alegada nulidade do auto de infração por erro no Relatório Fiscal** – resolvem que restou prejudicada a análise por se tratar de mérito e não preliminar de nulidade propriamente dita, devendo ser apreciada por ocasião da análise de mérito; **4- Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de erro na capitulação da infração - erro na indicação dos dispositivos legais infringidos** – Afastada, por unanimidade de votos tendo em vista que o autuado se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante e, considerando que o procedimento fiscal foi descrito no auto de infração, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa; **5- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte** – Foi indeferido por voto de desempate do Presidente, com base no art. 97, III, da Lei nº 15.614/2014, tendo em vista que o autuado não apresentou elementos probatórios ao contraditório e, considerando que o ônus da prova é do Contribuinte. Os Conselheiros Dalcília Bruno Soares (Relatora), Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Michel André Bezerra Lima Gradvohl, consignaram seus votos ao indeferimento do pedido de Perícia, por entenderem que as provas constantes dos autos são suficientes à formação do convencimento do Colegiado. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque, Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, votaram por acatar o pleito da recorrente, por entenderem que a matéria controvertida pelo contribuinte e os dados apresentados nos relatórios pela defesa demandariam análise pericial para fins de busca da verdade material; **6- No mérito**, a 4ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos confirmar a decisão exarada pela instância singular de **PROCEDÊNCIA** do feito fiscal. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque votou pela improcedência da ação fiscal, sob o argumento de que a matéria controvertida pelo contribuinte traz incerteza quanto a infração apontada, não havendo sido observadas se as notas fiscais elencadas como escrituradas faziam parte da EFD do contribuinte antes do início da ação fiscal. Os Conselheiros Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, votaram pela parcial procedência, sugerindo o reenquadramento da penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, excluindo da base de cálculo as NFs que foram objeto de devolução, emitidas pelo remetente das referidas notas fiscais. **Processo de Recurso Nº 1/5404/2017 – Auto de Infração nº 1/201714615. RECORRENTE: AUGÉ MOTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e decidir nos seguintes termos: **1. Com relação à arguição de decadência dos fatos geradores ocorridos de janeiro a agosto de 2012, por força do art. 150, § 4º do CTN** – resolvem, os senhores Conselheiros, por maioria de votos, reconhecer a decadência do crédito tributário

referente aos meses de janeiro a julho de 2012 em razão da aplicação do art. 150, § 4º do CTN e Súmula 555 do STJ. Os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradwohl e Dalcília Bruno Soares afastaram a decadência, por se tratar de lançamento de ofício com esteio no art.149, V, do CTN; **2. Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração por prática de ato extemporâneo do Termo de Início de Fiscalização nº 201702506 – 22/02/2017; Mandado de Ação Fiscal nº 201618387 – 06/12/2016** – resolvem afastar, por unanimidade de votos, tendo em vista a revogação do parágrafo 6º do art. 821, da Lei nº 24.569/97, citado pela recorrente, pelo Decreto nº 26.523/2002, portanto, o prazo legalmente previsto é de até 180 dias, o qual foi devidamente observado no presente caso, conforme verificado nos autos e devidamente demonstrado no julgamento singular; **3- Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração pelo não refazimento da Conta Gráfica (metodologia)** - Foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou metodologia válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na autuação.; **4. Quanto ao pedido de perícia para elucidação da verdade material dos fatos** - foi afastado, por unanimidade de votos, com base no art. 97, III, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que os elementos contidos nos autos são suficientes à formação do convencimento do Colegiado. **5. No mérito**, a 4ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, dar provimento em parte ao Recurso ordinário interposto para modificar a decisão condenatória de 1ª Instância, e julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, referente ao lançamento dos créditos dos meses de agosto a dezembro de 2012, aplicando a penalidade prevista no art. 123, I, “c”, da Lei 12.670/96. Tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se que os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradwohl e Dalcília Bruno Soares consignaram seus votos à parcial procedência em razão da decisão da Câmara ter reconhecido a decadência do crédito tributário referente aos meses de janeiro a julho de 2012, por maioria de votos; **Processo de Recurso Nº 1/5406/2017 – Auto de Infração nº 1/201714622. RECORRENTE: AUGÉ MOTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e decidir nos seguintes termos: **1. Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração por prática de ato extemporâneo do Termo de Início de Fiscalização nº 201702506 – 22/02/2017; Mandado de Ação Fiscal nº 201618387 – 06/12/2016** – resolvem afastar, por unanimidade de votos, tendo em vista a revogação do prazo previsto no parágrafo 1º, dispositivo citado no parágrafo 6º do art. 821, do Decreto nº 24.569/97, pelo Decreto nº 26.523/2002, portanto, o prazo legalmente previsto é de 180 dias, contados a partir da ciência do Termo de Início de Fiscalização, o qual foi devidamente observado no presente caso, conforme verificado nos autos e demonstrado no julgamento singular; **2- Em referência à alegada nulidade do auto de infração por erro no Relatório Fiscal** – resolvem que restou prejudicada a análise por se tratar de mérito e não preliminar de nulidade propriamente dita, devendo ser apreciada por ocasião da análise de mérito; **3- Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de erro na capitulação da infração - erro na indicação dos dispositivos legais infringidos** – Afastada, por unanimidade de votos tendo em vista que o autuado se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante e,

considerando que o procedimento fiscal foi descrito no auto de infração, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa; **4- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte** – Foi indeferido por voto de desempate do Presidente, com base no art. 97, III, da Lei nº 15.614/2014, tendo em vista que o autuado não apresentou elementos probatórios ao contraditório e, considerando que o ônus da prova é do Contribuinte. Os Conselheiros Dalcília Bruno Soares, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Michel André Bezerra Lima Gradwohl, consignaram seus votos ao indeferimento do pedido de Perícia, por entenderem que as provas constantes dos autos são suficientes à formação do convencimento do Colegiado. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque (Relator), Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, votaram por acatar o pleito da recorrente, por entenderem que a matéria controvertida pelo contribuinte e os dados apresentados nos relatórios pela defesa demandariam análise pericial para fins de busca da verdade material; **5- No mérito**, a 4ª Câmara resolve, por unanimidade votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos confirmar a decisão exarada pela instância singular de **PROCEDÊNCIA** do feito fiscal. Decisão nos termos do primeiro voto divergente proferido pela Conselheira Francileite Cavalcante Furtado Remígio, que ficou designada para lavrar a respectiva Resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque (Relator) votou pela improcedência da ação fiscal, sob o argumento de que a matéria controvertida pelo contribuinte traz incerteza quanto a infração apontada, não havendo sido observadas se as notas fiscais elencadas como escrituradas faziam parte da EFD do contribuinte antes do início da ação fiscal. Os Conselheiros Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, votaram pela parcial procedência, sugerindo o reenquadramento da penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, excluindo da base de cálculo as NFs que foram objeto de devolução, emitidas pelo remetente das referidas notas fiscais. **Processo de Recurso Nº 1/5408/2017 – Auto de Infração nº 1/201714624. RECORRENTE: AUGÉ MOTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e decidir nos seguintes termos: **1. Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração por prática de ato extemporâneo do Termo de Início de Fiscalização nº 201702506 – 22/02/2017; Mandado de Ação Fiscal nº 201618387 – 06/12/2016** – resolvem afastar, por unanimidade de votos, tendo em vista a revogação do prazo previsto no parágrafo 1º, dispositivo citado no parágrafo 6º do art. 821, do Decreto nº 24.569/97, pelo Decreto nº 26.523/2002, portanto, o prazo legalmente previsto é de 180 dias, contados a partir da ciência do Termo de Início de Fiscalização, o qual foi devidamente observado no presente caso, conforme verificado nos autos e demonstrado no julgamento singular; **2- Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração pelo não refazimento da Conta Gráfica (metodologia)** - Foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou metodologia válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na autuação; **3. Quanto ao pedido de perícia para elucidação da verdade material dos fatos** - foi afastado por unanimidade de votos, com base no art. 97 da Lei nº 15.614/2014, uma vez que os elementos

contidos nos autos são suficientes à formação do convencimento do Colegiado; **4. No mérito**, resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA**, exarada em 1ª Instância. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais: I - Distribuição de Processos.** Anote-se para fins de registro e publicidade que a Secretaria da 4ª Câmara recebeu da Célula de Assessoria Processual Tributária – CEAPRO, e distribuiu aos Conselheiros os seguintes processos: nº 1/5403/2017, 1/1415/2018, 1/6564/2018, 1/1744/2018 (Cons. Dalcília Bruno Soares); 1/5404/2017, 1/1419/2018, 1/1918/2018, 1/6565/2018 (Cons. Francileite Cavalcante Furtado Remígio); 1/5406/2017, 1/5524/2017, 1/6567/2018 (Cons. Fredy José Gomes de Albuquerque); 1/5408/2017, 1/2456/2018, 1/6568/2018 (Cons. Ivete Maurício de Lima); 2/15/2019, 1/2457/2018, 1/1739/2018 (Michel André Bezerra Lima Gradvohl); 2/16/2019, 1/866/2018, 1/2518/2018, 1/1743/2018 (Cons. Fernando Augusto de Melo Falcão). **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 11 (onze) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira  
**PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA**

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge  
**SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA**